

QUANDO A HIGIENE SE TORNA PÚBLICA: SAÚDE E ESTADO  
 [Health and state: when hygiene becomes a public issue]  
 [Cuando la higiene se vuelve responsabilidad pública]

Liliana Muller Larocca\*  
 Vera Regina Beltrão Marque\*\*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar a formação dos primeiros conceitos sobre a Higiene como forma de planejamento em saúde pelo setor público e a utilização desta concepção como instrumento de estruturação da sociedade. A procura pelas sociedades humanas de soluções para os problemas sanitários que as assolavam nos faz refletir sobre a combinação bem-sucedida que explica a decisão que tornou a saúde não somente pública, mas estatal e nacional. Esta reflexão é permeada por idéias e interesses onde encontramos marcadamente a preocupação com a Higiene e sua transformação em um conjunto de normas particulares e coletivas, objetivando o controle das doenças e a melhoria da vida em sociedade. Ao longo da história, os maiores problemas de saúde que os seres humanos enfrentaram estiveram relacionados com a natureza da vida comunitária. A ênfase relativa sobre cada problema da vida em sociedade (provisão de água e comidas puras, alívio do desamparo, melhoria do ambiente físico, entre outros) variou no tempo e de sua inter-relação se originou a Saúde Pública. Saneamento e habitação; limpeza e religiosidade; doença e comunidade são evidências encontradas, como preocupação coletiva, nas mais antigas civilizações. No decorrer de longos períodos da História, crenças e práticas religiosas avizinham limpeza e religiosidade. As pessoas se mantinham limpas para se apresentarem puras aos olhos dos deuses, e não por razões higiênicas, tal qual a concepção moderna desse conceito. Em cada época histórica é possível relacionar o conceito de higiene com o contexto cultural e filosófico presente, situação que pretendemos aprofundar no presente trabalho, correlacionando contextos com a utilização da higiene enquanto caminho da civilização e prática social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Higiene; História; Saúde pública.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar, por meio de uma reflexão teórica, a formação dos primeiros conceitos sobre a Higiene como forma de planejamento em saúde pelo setor público e a utilização desta concepção como instrumento de estruturação da sociedade, caminho civilizatório e possibilidade de progresso e regeneração das sociedades humanas.

A procura pelas sociedades humanas de soluções para os problemas sanitários que as assolam nos faz refletir sobre a combinação bem-sucedida que explica a decisão que tornou a saúde não somente pública, mas estatal e nacional. Esta reflexão é permeada por idéias e interesses onde encontramos marcadamente a preocupação com a Higiene e sua transformação em um conjunto de normas particulares e coletivas, objetivando o controle das doenças e a melhoria da vida em sociedade <sup>(1)</sup>.

## 2 A TRAJETÓRIA DE FORMULAÇÃO DE UM CONCEITO: O MUNDO GRECO-ROMANO E A IDADE MÉDIA

O ser humano evita, de modo instintivo, coisas que são prejudiciais à saúde. Rejeitamos quase automaticamente substâncias de sabor amargo, buscamos proteção contra o frio e o calor, se estamos cansados, procuramos repousar, se estamos com sede tomamos líquidos, e fazemos essas coisas automaticamente. Não obstante esses comportamentos adocemos: a doença é um antigo acompanhante da espécie humana <sup>(2)</sup>.

Ao longo da história, os maiores problemas de saúde que os seres humanos enfrentaram estiveram relacionados com a natureza da vida comunitária. A ênfase relativa sobre cada problema da vida em sociedade (provisão de água e comidas puras, alívio do desamparo, melhoria do ambiente físico, entre outros) variou no tempo e de sua inter-relação se originou a Saúde Pública <sup>(3)</sup>.

Saneamento e habitação; limpeza e religiosidade; doença e comunidade são evidências encontradas, enquan-

\*Professora Assistente Departamento de Enfermagem/UFPR – Doutoranda em Educação/UFPR – Linha de História e Historiografia da Educação.

\*\*Professora Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFPR – Doutora em História Social.

to preocupação coletiva, nas mais antigas civilizações.

No decorrer de longos períodos da História, crenças e práticas religiosas avizinhavam limpeza e religiosidade. Em algumas sociedades as pessoas se mantinham limpas para se apresentarem puras aos olhos dos deuses, e não por razões higiênicas, tal qual a concepção moderna desse conceito <sup>(4)</sup>.

Em cada época histórica é possível relacionar o conceito de higiene com o contexto sócio-cultural e filosófico presente <sup>(5)</sup>.

Os primeiros relatos acerca de doenças agudas comunicáveis ocorrem na literatura da Grécia clássica. Curiosamente, no entanto, nos escritos hipocráticos a atenção se concentra em doenças endêmicas, entre as quais resfriados, pneumonias, febres maláricas e várias moléstias não identificadas <sup>(4)</sup>.

Enquanto sociedade organizada com uma religião panteísta, os gregos cultuavam além da divindade da medicina Asclepius, duas outras deusas, Hygieia, a Saúde e Panacea, a Cura, que contrapunham a noção de razão e crença mágico-religiosa <sup>(2)</sup>.

Ao longo de sua história, a medicina grega nunca se resumiu apenas à curação. A preservação da saúde era tarefa mais importante, e os problemas de higiene mereciam muita consideração. Uma antiga canção grega falava: "a saúde é o primeiro bem emprestado ao homem", situação que exprime a saúde, para os gregos, enquanto condição de equilíbrio das várias forças da natureza, com impacto nos elementos constituintes do corpo humano, onde a perturbação do equilíbrio resultava em doença <sup>(4:39)</sup>.

Assim a influência de fatores físicos e nutricionais era de vital importância, pois a medicina grega reconhecia os elementos externos como importante fonte de perturbação da harmonia humana. Essa compreensão delineava o que era considerado como modo de vida ideal: nutrição, excreção, exercício e descanso, levando em conta para a organização da vida em cada indivíduo, a idade, o sexo, a constituição e as estações. Em uma sociedade sustentada por uma economia escravagista a higiene, era, portanto, uma higiene aristocrática.

A ênfase em uma higiene aristocrática se reflete na falta de atenção aos problemas de saúde dos que trabalhavam para viver <sup>(4)</sup>.

Quando Roma conquistou o mundo mediterrâneo, assumiu junto com o legado da cultura grega as idéias sanitárias helênicas, porém, superando os gregos no que se refere à capacidade de serem engenheiros e administradores: construção de sistemas de esgoto e de banhos, suprimento de água e instalações sanitárias que deixaram sua marca na história <sup>(4)</sup>.

O apreço dos romanos pela higiene pública e particular se revela não apenas em vestígios dos sistemas de

água e esgoto, mas também nos banhos. A higiene pessoal fazia parte de uma agenda diária, e era acessível a toda a população <sup>(4)</sup>.

A queda do império romano e a ascensão de regime feudal tiveram profundas conseqüências na conjuntura de saúde, na prevenção e no tratamento de agravos e uma influência direta na concepção de higiene deste período histórico <sup>(2)</sup>.

A desintegração do mundo greco-romano, a partir de seu interior e sob impacto das invasões bárbaras, levou a um declínio da cultura urbana e a uma decadência da organização e da prática de Saúde Pública <sup>(4)</sup>.

As instalações de higiene nas cidades provinciais acabaram destruídas, ou se arruinaram pouco a pouco. Enquanto na Europa Ocidental, sob a pressão das invasões, houve um declínio econômico acentuado, porém, a metade oriental continuou relativamente inalterada.

O período chamado pelos historiadores de Idade Média <sup>(4)</sup> cobre um lapso de tempo de cerca de mil anos, iniciando-se cerca de 500 e findando por volta de 1500 d.C. É de importância perceber a imensa diversidade, em tempo e espaço, incluída no termo "medieval".

Este mundo medieval enfrentou um grande desafio: fundir a cultura dos invasores bárbaros com a herança clássica do extinto império e com os ensinamentos da religião cristã. Os novos elementos constituintes desse amálgama social trazem diferentes condições e padrões de saúde conforme a época e sua localização geográfica.

O mundo clássico pode sobreviver no ambiente medieval com a transferência de seu centro cultural para o Império Bizantino (Constantinopla) e também com a instalação dos árabes na Pérsia <sup>(4)</sup>.

No Ocidente, os conhecimentos de saúde e higiene sobreviventes foram preservados em claustros e igrejas e usados na organização das comunidades monásticas. Instalações higiênicas importantes como: água encanada, latrinas apropriadas, aquecimento, ventilação, existiam no início da Idade Média nos mosteiros, que serviram de modelo, para as comunidades urbanas que começaram a se desenvolver na Europa, por volta do século X <sup>(4)</sup>.

Esta é uma época onde a vida urbana floresce e com ela os problemas sanitários também: suprimento adequado de água, limpeza das ruas, remoção do lixo, comércio de alimentos, criação e abate de animais e escoamento de dejetos. Diante desses e de outros problemas relativos à saúde da comunidade, todas as instituições necessárias a um modo de vida higiênico precisaram ser criadas pelas municipalidades medievais. Foi assim, nesse meio urbano que a Saúde Pública, teoria e prática, evoluiu <sup>(4)</sup>.

O aumento das concentrações humanas nos burgos medievais, a manutenção do estilo de vida rural nas cidades, os movimentos populacionais, as primeiras navega-

ções, a situação econômica da população e os conflitos militares e religiosos foram um campo fértil para que o fim Idade Média fosse marcado por explosivos surtos epidêmicos <sup>(2)</sup>.

Grandes epidemias de varíola, peste bubônica, lepra e sarampo assolavam a Europa Ocidental, sem que fossem conhecidos suas causas e os modos de transmissão. Esse desconhecimento não levou a sociedade medieval à passividade, foram reconhecidas necessidades de controle das enfermidades pelo isolamento das vítimas por meio de restrições de direitos de ir e vir e também pelo estabelecimento de sanções em caso de desobediência. Dois instrumentos da Saúde Pública nascem nessa época: obrigatoriedade de notificar alguns agravos e a quarentena <sup>(2,4)</sup>.

A origem da quarentena é na Cidade de Veneza, principal porto de entrada para o comércio do Oriente, que em 1348 desenvolveu o sistema, que ia da negativa de entrada na cidade a todos os viajantes, mercadores, veículos ou navios suspeitos de estarem infectados à detenção por quarenta dias (origem da palavra) dos suspeitos de estarem doentes, onde obrigatoriamente ficavam expostos ao ar e luz solar <sup>(2)</sup>. Esse período de quarenta dias era relativo à crença de ser o quadragésimo dia o da separação entre as formas agudas e crônicas das doenças, aliada a significância do número quarenta na Bíblia (duração do dilúvio, por exemplo) e na alquimia (quarenta dias era o tempo necessário para certas transmutações) <sup>(4)</sup>.

Como podemos perceber o desconhecimento das causas das enfermidades não impediu a sociedade medieval de organizar uma máquina administrativa para prevenção das mesmas, ligando à natureza da municipalidade medieval vários aspectos, que podemos considerar pré-preventivistas, entre os quais destacamos a supervisão sanitária.

A ligação entre saúde, instituições públicas e o nascimento das noções de estado foi concomitante ao desenvolvimento dos princípios de educação em saúde e higiene pessoal.

O homem medieval cuidava de seu corpo muito mais do que se imagina. Embora em geral se considerasse vã a existência terrena, e existisse a crença na punição, ou na salvação, no outro mundo, havia também a convicção de que, seguindo-se um regime correto, poder-se-ia estender a vida até "três vintenas e mais dez anos" <sup>(4:69)</sup>.

Assim a necessidade de viver originou no cidadão medieval uma busca por normas e regras que possibilitasse uma maior expectativa de vida, o que viabilizou o aparecimento de uma literatura voltada ao assunto, mas que devido ao analfabetismo da população em geral acabou restrita às ordens monásticas e a leigos da classe privilegiada.

Ao examinarmos os numerosos empreendimentos da rudimentar saúde pública medieval e seus esforços para lidar

com os problemas sanitários da vida urbana (criação de medidas administrativas, quarentena, oferecimento de cuidados à saúde e de assistência social, aparecimento dos hospitais, etc.) é impossível não reconhecer a magnitude dessa façanha. As tentativas de criar um sistema racional de higienização social se distinguem ainda mais se lembrarmos que tiveram lugar em um mundo de superstições abundantes e onde padrões de pensamento e de conhecimento necessários para esta criação estavam em formação <sup>(4)</sup>.

### 3 A CRIAÇÃO DE UM CONCEITO E SUA CONSOLIDAÇÃO: MERCANTILISMO, ABSOLUTISMO E A SAÚDE DO POVO

O Renascimento é um período de grande fascínio histórico, em geral o termo traz à imaginação uma era de "príncipes cultos, pintores, escultores geniais, eruditos clássicos". Na história da higienização das sociedades o Renascimento é significativo, pois representa o início do que consideramos modernidade, no qual se desenvolveu a Saúde Pública como a conhecemos hoje.

As mudanças desse período foram de uma distribuição geográfica e temporal desigual, pois ao compreender um período de mais de dois séculos o Renascimento se caracterizou por lentas modificações no interior da ordem medieval, inaugurando em vários países uma nova ordem política, social e científica.

Durante os séculos XII e XIII surgiram na Europa muitas cidades e a reorganização econômica e social de seus habitantes desenvolveu uma nova classe social: a burguesia. Nasce assim uma noção de riqueza mercantil, não mais fundada na terra, mas em dinheiro, ou em artigos mensuráveis em moeda. Essa força dos que viviam do comércio leva a uma indagação intelectual dos ofícios manuais centrada inicialmente na maior acessibilidade aos livros e no estudo da matemática <sup>(3)</sup>. A aproximação com a matemática levou a uma caracterização da ciência natural da época pela crescente utilização do método experimental e uma grande disposição em tratar matematicamente os fenômenos naturais <sup>(4)</sup>.

No período conhecido como absolutismo, o cuidado das cidades era uma responsabilidade do Estado. O soberano ordenava ações, controlando relações comerciais e estabelecendo garantias a grupos sociais. Esse período representou na Inglaterra (e mesmo em toda Europa) uma busca de aumento de riquezas e de poder nacional, o que acabou por interferir diretamente na criação de novas proposições sobre o que era Higiene e sua importância enquanto instrumento social <sup>(5)</sup>.

Na Europa aparece a proposição de um modelo de planejamento em saúde que se utilizava, não coincidentemente, de dados de mortalidade e morbidade, como forma

de explicação de fenômenos e agravos à saúde <sup>(5)</sup>.

Nasce aqui à utilização da higiene como medida para diminuir o desperdício de recursos humanos causado pelas doenças, aparecendo trabalhos sobre política médica, com completos guias de normas a serem seguidas <sup>(5)</sup>.

Várias teorias tentavam explicar a origem das moléstias <sup>(6)</sup>, desde a Idade Média é patente a noção de que a doença poderia ser produzida por meio de contágio. Porém as interpretações sobre as causas iam desde a influência dos planetas, envenenamento de poços pelos judeus e leprosos, bruxarias, entre outras. Essas dúvidas culminam com a elaboração, no século XVI, por Fracastoro de uma teoria do contágio, que foi sendo desdobrada através de novas concepções, fazendo surgir a Teoria Miasmática <sup>(6)</sup>, que seria hegemônica até o aparecimento da bacteriologia, na segunda metade do século XIX.

As idéias absolutistas sofreram oposição, onde destacamos o conceito de Contrato Social de Rosseau <sup>(5)</sup> que considerava a bondade e a liberdade como essências da natureza humana. Segundo esse pensador, a doença seria resultado da ignorância, surgindo assim a necessidade da educação, ocupando um papel central, como forma de desenvolver o exercício da liberdade.

O desenvolvimento dessas idéias culminou na Revolução Francesa, quando são desenvolvidas intensas atividades sanitárias e florescem concepções políticas sobre a higiene.

No final do século XVIII, após a Revolução Francesa, no contexto da crescente urbanização dos países europeus e da consolidação do sistema fabril <sup>(6)</sup> as preocupações com a relação entre as condições de vida do trabalhador e o aparecimento das doenças têm grande impulso. É necessário, porém ressaltar que a teoria dos miasmas manteve-se hegemônica até a era da bacteriologia, e que a causalidade social aparecia particularmente entre revolucionários.

Tais considerações são importantíssimas visto que, com o crescimento da indústria principalmente na Inglaterra do século XVIII, a produção passou a ser o centro da economia. O trabalho, um dos mais importantes fatores da produção, aparece como elemento essencial na geração da riqueza nacional.

Torna-se vital então saber o "número e o valor do povo", o que leva ao aparecimento das primeiras aproximações entre estatística e saúde como forma de análise de agravos e de estabelecimento, principalmente na Inglaterra, de linhas de condução para políticas nacionais de saúde <sup>(4)</sup>.

Pode-se considerar este período (séculos XVI a XVIII) como uma era de transição. Aqui foram assentadas algumas bases para a mudança de modelos, tais como: descobertas na Anatomia e Fisiologia, necessidades de aplicação do conhecimento científico, abordagem quantitativa dos

problemas de saúde e estabelecimento de políticas de saúde segundo necessidades econômicas do Estado.

#### 4 A HIGIENE COMO PRINCÍPIO: INDUSTRIALISMO E A ERA BACTERIOLÓGICA

No final do século XVIII, início do século XIX aparece pela primeira vez um conceito de higiene, entendido como "a arte de conservar a vida". Este aparecimento indica o rumo que a mesma tomaria enquanto princípio por ideologias liberais (que afirmavam as responsabilidades individuais) e como conceito político nos movimentos utópicos e anarquistas da época (determinação social do processo saúde-doença) <sup>(5)</sup>.

O entusiasmo estatístico dessa época levou vários países a iniciarem movimentos de reforma sanitária (Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos) estabelecendo conselhos e legislações específicas sobre higiene <sup>(4)</sup>.

Este processo culminou na Alemanha (Munique) com a criação da primeira cadeira acadêmica de Higiene, onde o químico e fisiologista Pettenkofer <sup>(4)</sup>, em meados de 1865 iniciou um trabalho pioneiro de análise laboratorial sobre higiene da nutrição, vestuário, ventilação, água e esgotos.

Na Inglaterra, em 1861, temos os trabalhos de Florence Nightingale, cujos estudos para diminuição da mortalidade e morbidade dos agravos e as estratégias para o desenvolvimento da Enfermagem encontram-se publicados no Livro "Notas sobre Enfermagem" <sup>(7)</sup>.

Floresce em toda a Europa o mito do higienismo <sup>(5)</sup>. Ao considerar a higiene como uma forma de aplicação de várias ciências na manutenção de bem estar, cria-se a idéia de uma unidade de conhecimento em prol do bem viver.

Uma das bases para este novo "pensar higiene" foi a quebra do pensamento hegemônico que explicava o contágio. A Teoria miasmática é colocada sob suspeita e cientistas como Henle, Cohn, Pasteur, Koch e Lister entram em cena: surge a Bacteriologia.

As descobertas bacteriológicas ocorridas na metade do século XIX deslocam as concepções sociais como causalidade das doenças, restabelecendo com redobrada força o primado das causas externas: para cada doença, um agente etiológico <sup>(6)</sup>.

Como consequência a higiene, enquanto conjunto normatizador se adequou à era bacteriológica.

A higiene coloca seu discurso em um espaço constituído por um sistema de eixos em que no vertical corre o processo cronológico do desenvolvimento humano com suas características particulares, é o indivíduo em movimento na dinâmica dos seus caracteres psico-biológicos. No eixo horizontal, está o conjunto de atividades desenvolvidas por este indivíduo como uma totalidade que trabalha, alimenta,

reproduz e diverte-se em um dado ambiente <sup>(5)</sup>.

Para cada ponto deste espaço, que caracteriza um indivíduo no conjunto de sua vida, a Higiene <sup>(5)</sup> possui normas, recomendações e medidas que, se aplicadas fariam com que este indivíduo se mantivesse em estado de saúde até a morte natural.

Totalidade interdisciplinar (como aplicação de um conjunto de ciências) ou saber que se adere à vida, a Higiene cria um discurso de alusão-ilusão às condições reais de existência: alusão na medida em que discursa sobre o valor de uso da própria existência humana, e ilusão enquanto centra nas medidas higiênicas a solução dos problemas que estão na própria condição de ser vivente <sup>(5)</sup>.

A visão estabelecida pela higiene representa um painel de um mundo ideológico, que no seu conjunto abstrai as causações para afirmar soluções normativas, discursando sobre alternativas de mudanças das condições de existência, dentro da própria estrutura que as determina.

O discurso higienista entra em todas as áreas da sociedade (educação, saúde, reprodução) como proposta de solução de problemas, aproximando o ser humano da responsabilidade pelo seu bem-estar e disseminando modelos comportamentais.

A pretensão de um encontro entre indivíduos com uma síntese das ciências visando o seu bem estar, pressupõe uma homogeneidade entre os seres humanos, ou seja, em uma relação de igualdade. O projeto da Higiene, em uma sociedade dividida em classes, com o conhecimento monopolizado no interior das profissões é transformado em medidas de controle e de autoritarismo <sup>(5)</sup>.

As políticas sanitárias, tal como as concebemos atualmente, surgiram na Alemanha, no século XIX, com a função de garantir o bem-estar e a segurança da população, utilizando, se necessário, métodos coercitivos e repressivos. Esta prática rapidamente se espalhou pela Europa, e no Brasil a Saúde Pública incorporou esse método de controle social, freqüentemente utilizando-se de milícias para sua realização <sup>(8)</sup>.

Aparecem no Brasil ideários da existência de um "caminho da civilização" <sup>(9)</sup>, um modelo de aperfeiçoamento moral e material que teria validade para qualquer povo, ou seja, o caminho da grandeza e prosperidade por meio da Higiene Pública.

O perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro no final do século XIX através da metáfora da doença contagiosa se reproduzindo pelo não-trabalho dos adultos e pela exposição das crianças aos hábitos nocivos de seus pais. Temos então uma hegemonia do discurso higienista no país que partia da oposição entre "civilização e tempos coloniais". O chamado caminho da civilização postula entre os políticos brasileiros as seguintes premissas higienistas: possibilidade de aper-

feiçoamento moral e material que teria validade para qualquer povo e a grandeza e prosperidade dos países acontecendo por meio da solução de problemas sanitários <sup>(9)</sup>.

Essas duas operações configuraram a Higiene enquanto ideologia: conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao verdadeiro, a civilização, implicava na despolitização da realidade histórica e na legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no "caminho da civilização". Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma científica, isto é neutra, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral, de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes <sup>(9)</sup>.

A partir deste caminhar teórico-reflexivo, é possível realizar uma aproximação da construção histórica da Higiene, de sua representação nas sociedades humanas e mesmo de sua transformação em caminho possível para o progresso e bem-estar da população: seja por ações da entidade saúde pública ou pela ação educativa.

Para compreendermos a amplitude da noção de Higiene enquanto uma disciplina ou uma ciência precisamos também compreender "as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que elas determinam" <sup>(10)</sup>.

A higienização desempenhou um papel social integrado, com a capacidade de penetrar, moldar e modificar a cultura global e de se apresentar oficialmente como o único caminho possível para o desenvolvimento, progresso e a não degeneração de um país, ou seja, a civilização.

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to analyze the formation of the first concepts on Hygiene as a form of health planning by the public sector and the use of this conception as a social structuring instrument. The search by human societies for solutions to their sanitary problems makes us reflect on the successful match which explains the decision for health to have become not only public but also a state issue. This reflection is permeated by ideas and interests where the concern with Hygiene is highlighted as well as its transformation in a set of private and collective norms, objectifying disease control and the improvement of life in society. Along history, the ultimate health problems that human beings faced had been related to the nature of community life. The relative emphasis on each problem of life in society (pure water and food supply, helplessness relief, improvement of the physical environment, among others) varied along the time and its interrelationship originated Public Health. Sanitation and shelter; cleanliness and religiousness; illness and community are evidences of

collective concern in the oldest civilizations. During long periods of History, beliefs and religious practice meant cleanliness and religiousness. People kept themselves clean to look pure to gods' eyes, and not for hygienic reasons, such as the current conception. At each historical time, it is possible to relate the concept of hygiene to the cultural and philosophical context, which we intend to look over in the present work, correlating contexts to the use of the hygiene while civilization trend and social practice.

KEY WORDS: Hygiene; History; Public Health.

RESUMEN: Este trabajo tiene el objetivo de analizar la formación de los primeros conceptos sobre la Higiene como modo de planeamiento en la salud a través del sector público y la utilización de esta concepción como instrumento de estructuración de la sociedad. La búsqueda por las sociedades humanas de soluciones para las dificultades sanitarias que las asolaban nos hace reflexionar acerca de la combinación bien sucedida que explica la decisión que ha transformado la salud, no sólo pública, sino estatal y nacional. Esta reflexión es embasada por ideas y intereses donde se encuentra marcada la preocupación con la Higiene y su transformación en un conjunto de normas particulares y colectivas, objetivando el control de las enfermedades y la mejoría de la vida en sociedad. Al largo de la historia, las grandes dificultades de salud enfrentadas por seres humanos están relacionadas a la naturaleza de la vida comunitaria. El énfasis relativo sobre cada dificultad de la vida en sociedad, es decir, provisión de agua y alimentos puros, alivio del desamparo, mejoría del ambiente físico, entre otros, se ha variado en el tiempo y, de su interrelación, se ha originado la Salud Pública. Saneamiento y habitación; limpieza y religiosidad; enfermedad y comunidad son evidencias encontradas como preocupación colectiva, en las más antiguas civilizaciones. En el paso de largos periodos de la Historia, creencias y prácticas religiosas han caminado juntas con limpieza y religiosidad. Las personas se han mantenido limpias para se presentaren puras a los ojos de sus dioses y no por razones higiénicas, tal cual la concepción moderna de ese concepto. De acuerdo con la época histórica, es posible relacionar el concepto de higiene al contexto cultural y filosófico presente, situación que se pretende profundizar en esta pesquisa, correlacionándose contextos con la utilización de la higiene como camino de civilización y práctica social.

PALABRAS CLAVE: Higiene; Historia; Salud pública.

## REFERÊNCIAS

1. Hochman G. A era do saneamento. São Paulo: HUCITEC/ANPOCS; 1998.
2. Scliar M. Do mágico ao social – trajetória da saúde pública. São Paulo: SENAC; 2002.
3. Hill C. Origens intelectuais da revolução inglesa. A ciência e a medicina de Londres. São Paulo: Martins Fontes; 1992. p. 26-116.
4. Rosen G. Uma história da saúde pública. São Paulo : HUCITEC/ABRASCO, 1994. 423 p.
5. Arouca S. O dilema preventivista – contribuição para a compreensão à crítica da medicina preventiva. [tese]. Campinas (SP): Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Campinas; 1975.
6. Barata RCB. A historicidade do conceito de causa. Textos de apoio – Epidemiologia 1. Rio de Janeiro : ENSP/ABRASCO; 1985. p. 13-27.
7. Lunardi VL. História da enfermagem: rupturas e continuidades. Pelotas: UFPel; 1998.
8. Rizzoto MLF. História da Enfermagem e sua relação com a saúde pública. Goiânia: AB; 1999.
9. Chalhoub S. Cidade febril. São Paulo: Companhia das Letras; 1996.
10. Chervel A. A história das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação 1990; (2):177-229.

## ENDEREÇO DOS AUTORES:

Rua Padre Camargo, 120  
Curitiba-PR  
80060-240  
larocca\_m@terra.com.br